

Amnistia Internacional

Comunicado / Press-release



Israel/Palestina: Qualquer plano de paz deve basear-se no respeito pelos direitos humanos e no fim da ocupação ilegal, do apartheid e do genocídio perpetrados por Israel em Gaza

Em resposta ao plano proposto pela administração Trump para pôr fim ao conflito em Gaza, a secretária-geral da Amnistia Internacional, Agnès Callamard, afirmou:

“A prioridade mais urgente é pôr fim ao genocídio de Israel em Gaza e libertar todos os reféns civis. Qualquer iniciativa que vise garantir uma paz duradoura deve basear-se no direito internacional, defender os direitos humanos de todas as pessoas no Território Palestino Ocupado (TPO) e em Israel, e centrar-se no fim imediato da ocupação ilegal e do sistema de apartheid de Israel.

“Os primeiros passos imediatos devem ser um cessar-fogo permanente, o levantamento incondicional do bloqueio ilegal de Israel para permitir o fornecimento seguro e sem obstáculos de ajuda humanitária, e a libertação incondicional dos reféns detidos pelo Hamas e outros grupos armados, bem como dos detidos ilegalmente por Israel.

“Independentemente de as partes em conflito concordarem ou não com qualquer plano de paz, os Estados devem agir, e agir agora, para pôr fim ao genocídio, conseguir um cessar-fogo, garantir a libertação dos reféns e permitir o acesso sem entraves aos suprimentos humanitários.

“O fornecimento de ajuda humanitária e o fim do genocídio de Israel em Gaza não podem ser condicionados, como prevê este plano, à aceitação ou não da proposta pelo Hamas. Mais de 65.000 palestinianos foram confirmados como mortos; centenas de milhares ficaram feridos e os palestinianos em Gaza continuam a sofrer o impacto horrível do deslocamento, destruição e fome contínuos há quase dois anos. Esta catástrofe, arquitetada por Israel e possibilitada pelo apoio dos EUA, deve finalmente terminar, haja ou não um acordo.

“Da mesma forma, a libertação de reféns civis e de palestinos detidos arbitrariamente deve ser incondicional. Tanto Israel como o Hamas devem parar com a prática ilegal de reter os corpos dos mortos dos familiares.

“É vital que qualquer acordo leve à justiça para as vítimas de genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a humanidade. A experiência em todo o mundo, incluindo em Israel e no Território Palestino Ocupado, demonstrou que a impunidade gera conflitos e mais atrocidades. Todos os Estados devem cumprir as suas obrigações ao abrigo do direito internacional de responsabilizar os responsáveis por crimes ao abrigo do direito internacional.

“Justiça e paz não podem ser mutuamente exclusivas. O apartheid e a ocupação estão entre as causas profundas dos horrores que os palestinos enfrentam e qualquer plano que não reconheça essa realidade efetivamente prescreve a receita para mais abusos”.

Em setembro de 2024, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução exigindo que Israel, em conformidade com o Parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça de julho de 2024, se retirasse do TPO, incluindo Jerusalém Oriental, Cisjordânia e Gaza, no prazo de um ano. Qualquer plano de paz deve basear-se e permitir a implementação da resolução. Não deve incluir disposições que possam anular a resolução ou tornar impossível a sua plena implementação.

A rejeição absoluta de todas as deslocações forçadas de palestinos de Gaza é crucial, mas deve ser alargada a todos o TPO e às transferências forçadas dentro do TPO. Se Israel desejar ter um perímetro de segurança, não deve usar o TPO para o fazer. Além disso, Israel não deve manter um controlo absoluto sobre quem pode ou não regressar ao TPO.

Qualquer acordo final deve ainda garantir que os palestinos participem de forma plena e significativa em todas as decisões que envolvam o futuro da Palestina, a sua governação e o exercício dos seus direitos, incluindo o direito de regresso.

A Amnistia Internacional observa com preocupação que o presidente Trump está a afirmar que Israel teria o “apoio total” da sua administração para destruir o Hamas caso este não aceitasse este plano, dado que Israel tem usado a suposta justificação de destruir o Hamas como pretexto para o seu genocídio em Gaza.

O genocídio não pode e não deve ser o meio para travar uma guerra. Caso o Hamas rejeite esta proposta, Israel e os Estados Unidos continuam vinculados ao direito internacional, tal como o Hamas, e não devem envolver-se em atos que visem civis ou neguem ajuda vital à população civil.

A Amnistia Internacional apela a todos os Estados para que se concentrem no cumprimento das suas obrigações ao abrigo do direito internacional. Os governos também devem pôr fim à sua inércia autoimposta e ao seu apoio ativo ou tácito às violações do direito internacional por parte de Israel. Devem comprometer-se a pôr termo a qualquer forma de cooperação, incluindo transferências de armas ou cooperação económica, que possa contribuir para ou sustentar a ocupação ilegal de Israel, o seu sistema de apartheid ou o genocídio em Gaza.

Para mais informações ou para marcar uma entrevista, contacte o gabinete de imprensa da Amnistia Internacional: press@amnesty.org

FIM// 1 de outubro de 2025